

COORDENAÇÃO

GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA

II CONGRESSO O PORTO ROMÂNTICO

ACTAS



CATÓLICA
CITAR · CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS ARTES



PORTO



CATOLICA
CITAR - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS ARTES



PORTO

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

II CONGRESSO “O PORTO ROMÂNTICO” - ACTAS

COORDENAÇÃO

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa

DESIGN GRÁFICO + E-PAGINAÇÃO

Carlos Gonçalves

EDIÇÃO

CITAR
Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes
Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa

ISBN

978-989-8497-07-9

LOCAL DE EDIÇÃO

Porto

DATA

Junho de 2016



O NACIONAL – DA APOLOGIA DA FEDERAÇÃO PENINSULAR À CONTESTAÇÃO ANTI-IBÉRICA (1846-1870)

Maria da Conceição Meireles Pereira¹

O Nacional, com o subtítulo *Jornal Político, Literário e Comercial*, foi um carismático diário do Porto publicado ao longo de quase um quarto de século, entre 25 de Maio de 1846 e 11 de Novembro de 1870². Augusto Xavier da Silva Pereira apresentou-o como afecto ao partido cartista e depois ao regenerador³, que proveio do periódico *A Coalizão*, seguindo-se-lhe *O Progresso do Porto*⁴. Essa referência a uma ligação inicial aos cartistas foi corrigida por Alberto Bessa, que o caracterizou como “órgão dos irmãos Passos”⁵ que, em virtude de diversas circunstâncias, sofreu várias interrupções.

O primeiro proprietário e editor d’*O Nacional* foi Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães (1807-1879), um importante empresário da cidade e também político com cargos a nível do poder local e central. Nascido no concelho de Lousada, estabeleceu-se jovem no Porto, exercendo a profissão de caixeiro, vindo a fundar uma tipografia onde se imprimiram periódicos como *O Atleta*, *A Coalizão* e *O Nacional*. Em 1847 foi co-fundador da Fundação do Bolhão e, dez anos mais tarde, um dos fundadores da Fábrica de Lanifícios do Lordelo, na qual desempenhou a função de director técnico por vários anos. O seu espírito de iniciativa levou-o a integrar os grupos de indivíduos que criaram a Associação Industrial Portuense – de cuja primeira direcção foi presidente (1852-1854) – e a Associação Promotora da Indústria Fabril; foi também membro da Associação Comercial Portuense, da qual se tornou presidente em 1869. A par desta intensa actividade empresarial e associativa, integrou diversas vereações da autarquia portuense⁶ e foi eleito deputado em várias legislaturas (1860-1871) pelo partido regenerador⁷. Justamente numa

¹ CEPESE – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Embora Artur Duarte Sousa Reis coloque o fim da sua publicação em 1 de Novembro de 1870 (*Jornais do Porto*. Edição fac-similada. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999 [1896] p. 51). O acervo completo deste jornal encontra-se na Biblioteca Pública e Municipal do Porto, num total de 45 volumes.

³ PEREIRA, A. X. da Silva, 1896 – *O Jornalismo Português*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand – José Bastos, p. 55.

⁴ PEREIRA, A. X. da Silva, 1897 – *Os Jornaes Portuguezes. Sua Filiação e Metamorphoses*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, p. 104. Quanto ao *Coalizão* (2 de Janeiro de 1843 a 23 de Abril de 1846), considera-o “histórico-progressista”, enquanto liga *O Progresso do Porto* (18 de Novembro de 1870 a 21 de Março de 1871) ao partido conservador-progressista.

⁵ BESSA, Alberto – *Jornaes da Minha Terra. O Tripeiro*. [Porto]. 47 (167), 3ª série, (1 Dez. 1927), p. 355.

⁶ SOUSA, Fernando de, coord. – *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*. Porto: CEPESE/Câmara Municipal do Porto, 2013, pp. 90-91, 128, 138, 144-145.

⁷ MATOS, Ana Cardoso de – GUIMARÃES, Joaquim Ribeiro de Faria. In MÓNICA, Maria Filomena, coord. – *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2005, vol. 2, pp. 393-396.

intervenção na Câmara dos Deputados, em Fevereiro de 1868, testemunhou a sua admiração pelos irmãos Passos, afirmando que eles haviam sido seus mestres, que o haviam honrado com a sua amizade e confiança, e com Passos Manuel aprendera a “*ser revolucionário, quando a revolução se torna necessária*”⁸.

Este periódico viria ainda a conhecer mais dois editores-proprietários: José Joaquim Gonçalves Bastos, dono da tipografia da Rua do Corpo da Guarda, e Agostinho Luís António Honorato, com tipografia na Rua de S. Roque.

Alberto Bessa destacou que *O Nacional*, nos tempos que defendia a política dos irmãos Passos, teve como colaboradores, entre outros, D. António Alves Martins, futuro bispo de Viseu, então já com experiência parlamentar (como deputado pelo partido reformista), José Luciano de Castro, Custódio José Vieira e Camilo Castelo Branco⁹ e terminou a sua breve nótula hemerográfica afirmando: “*Em qualquer das suas fases, porém, foi sempre um jornal bem feito, honrando a imprensa da nossa terra*”.

A referida afeição d’*O Nacional* ao partido regenerador deve contudo ser matizada, até porque as distintas personalidades e sensibilidades ideológicas dos seus colaboradores lhe conferiram opiniões plurais, além de ter por vezes criticado alguns governos e estadistas regeneradores e apoiado alguns progressistas.

Este periódico anticabralista participou no grande debate que no 3º quartel de Oitocentos percorreu a sociedade portuguesa, isto é, a complexa questão ibérica. Iniciou-se com a apologia da união peninsular sob a fórmula federativa republicana, visível até inícios da década de 1850.

Logo em Setembro de 1847, *O Nacional* publicou um extenso artigo subordinado ao título “Relações de Portugal com Espanha”, que defendia uma profunda concertação económica peninsular, bem como uma aliança de estratégia ofensiva e defensiva¹⁰, separando-as todavia da questão da união política. Esta formulação de um mercado ibérico prosseguirá em artigos posteriores, nomeadamente pela defesa de uma liga alfandegária peninsular.

Com efeito, o artigo de 1847 defendeu, em pleno rescaldo da guerra civil e consequente intervenção militar anglo-espanhola, a união comercial da península. Introduzindo o assunto com a visão optimista de paz perpétua das nações da Europa veiculada por Saint-Pierre, apresentava exemplos de recente entendimento político-económico entre países e territórios tradicionalmente conflituosos ou rivais, como o *Zollverein* alemão, a liga das alfândegas entre a França e a Bélgica, ou a organização da Jovem Itália. A união comercial que advogava para a península seria, assim, a solução para o contrabando¹¹ resultante do regime comercial impeditivo em vigor e pressupunha a criação de infra-estruturas de circulação, designadamente a canalização de rios e a construção de caminhos-de-ferro e de estradas de *macadam*, com vista ao escoamento de produtos agrícolas (azeite, frutas, etc.) e à renovação do tecido industrial, com realce para os sectores do vidro, louças, chapelaria, ferragens, fição e papel.

⁸ *Apud* IDEM, *Ibidem*, p. 394.

⁹ Como refere Bessa, foi neste periódico que saiu o poema de Camilo, no dia 20 de Fevereiro de 1850, que alude ao seu encontro, num baile, com Ana Plácido.

¹⁰ *O Nacional*. [Porto]. 29, (11 Set. 1847), pp. 1-3.

¹¹ Cf. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – O contrabando luso-espanhol no século XIX – o discurso dos teóricos. In *O contrabando e outras histórias*. Porto: CENPA/FLUP, 2000-2001, pp. 25-51.

Percorre este texto uma dimensão quase pedagógica já que analisava, demoradamente, o nocivo desconhecimento mútuo que um mau fado persistia em manter entre os dois países peninsulares, culturalmente próximos por afinidades de língua, história, literatura, leis e costumes. As causas dessa perniciosa separação eram remotas, provinham dos ódios gerados nos tempos de Carlos V e, sobretudo, da monarquia filipina, habilmente atizados por várias potências europeias. De forma ingénua e optimista, considerava especialmente oportuno fazer a aproximação dos dois países logo após as convulsões civis e a intervenção militar estrangeira, já que tais eventos tinham concorrido para a dissipação dos rancores multisseculares:

“Mas até nem tais ódios existem hoje. Por um desses milagres, que aparecem mais duma vez na história da humanidade, a providência chegou aos seus fins pelo meio que menos próprio parecia. A entrada do exército espanhol em terras de Portugal, que lá fora se supunha nos levaria a uma guerra de extermínio, deu-nos ocasião de ver de perto e conhecer os nossos vizinhos; e o mesmo foi vê-los e conhecê-los, que abraçá-los, admiti-los no centro das nossas famílias, sentá-los na nossa mesa e tratá-los e amá-los como nossos irmãos. Todos nós temos muito que lhes agradecer — a uns pouparam muitos sofrimentos — a outros por ventura, muitos remorsos”¹².

Por outro lado, tendo consciência da inelutável associação entre a doutrina de união económica e a de união política, este texto separou-as cuidadosamente, preconizando exclusivamente uma progressiva concertação económica, bem como uma aliança de estratégia ofensiva e defensiva:

“Não gostamos de divagar pelos intermúndios de Epicuro; somos muito práticos, muito positivos. Não pensamos numa Espanha única e indivisível, e ainda menos numa Confederação Ibérica — teríamos remorsos de apagar com um correr de esponja a nossa história, e passar a língua de Camões para o rol das mortas. Queríamos sim, que se estreitassem as nossas relações, — e nem isso de salto, mas gradual e sucessivamente — primeiro com regulamentos mais liberais para a navegação dos rios — depois com progressivas modificações de pautas — e em fim com a união das alfândegas, quando a experiência tivesse verificado a certeza dos cálculos económicos; e com uma íntima e insolúvel aliança ofensiva e defensiva, assentada não nos mudáveis caprichos de duas frívolas e volúveis camarilhas, mas nas convicções firmes e profundas de dois povos”¹³.

Em 1850, a propósito de um artigo da *Revue des Deux Mondes* que denunciava um plano de absorção de Portugal pela Espanha, este jornal acusou Costa Cabral de se entender com Narvaez e de influenciar os ânimos da rainha portuguesa contra a Inglaterra, a favor da Espanha e França, e propôs o estreitamento dos laços entre Portugal e Espanha num sentido demoliberal, referindo que aquém dos Pirenéus era já tarde para o obscurantismo, mas cedo demais para o republicanismo¹⁴.

Não sendo, porém, o monolitismo timbre do *Nacional*, os artigos de primeira página de Custódio José Vieira preconizavam, em 1852, a federação ibérica republicana associando fortes críticas à Regeneração e a Rodrigo da Fonseca Magalhães¹⁵. Com efeito, afirmou que a Regeneração ia entregar o país

¹² *O Nacional*. [Porto]. 29, (11 Set. 1847), p. 2. Optou-se por actualizar a grafia das transcrições.

¹³ *O Nacional*. [Porto]. 29, (11 Set. 1847), p. 3.

¹⁴ *O Nacional*. [Porto]. 42, (20 Fev. 1850), p. 1.

¹⁵ *O Nacional*. [Porto]. 158, (15 Jul. 1852), p. 1 e 118, (23 Maio 1853), p. 1. É provável que alguns dos artigos seguintes fossem também da pena de Custódio José Vieira, mas facto é que apenas os dois citados saíram com o seu nome, situação aliás excepcional, já que todos os textos de primeira página do jornal, bem como os restantes, não eram assinados.

à Espanha, a qual se preparava para tomar posse de Portugal, mansa e paulatinamente. Afirmando-se contrário às rivalidades das nações e ao nacionalismo acanhado e mesquinho, Custódio Vieira defendia a federação ibérica, solução que resolveria o velho problema nacional, unindo os povos por via da fraternidade. Portugal deveria tomar a iniciativa por meio de um contrato bilateral, recusando sempre a absorção violenta, pelo que bradaria com todas as forças “*contra os que quiserem entregar-nos de mãos atadas*”¹⁶. Reconhecia, no entanto, que a ocasião não era ainda oportuna, pululavam interesses diversos e a própria situação geral da Europa constituía também outra contra-indicação.

Aquele advogado duriense identificava a centralização com o despotismo, pelo que no seu comentário ao célebre texto de Alexandre Herculano sobre os caminhos-de-ferro chegou a afirmar que, sendo monárquico, o distinto escritor era “*quase tão democrata como nós sendo republicanos*”¹⁷. Mas se a apologia municipalista era evidente neste periódico do Porto, os receios de Herculano quanto ao desenvolvimento das estruturas ferroviárias não foram partilhados e *O Nacional* tornou-se um defensor do progresso material, do fomento fontista e, muito concretamente, dos caminhos-de-ferro.

A revolução de Julho de 1854 em Espanha reanimou nos redactores do *Nacional* a intenção de entendimento com aquele país, defendendo que esse relacionamento poderia começar no imediato com a solidariedade dos interesses económicos, por sistemas combinados de vias de comunicação e por uma liga comercial, já que a reunião política, embora providencialmente traçada, estava ainda longínqua:

“Não vimos hoje fazer a apoteose da união ibérica. Não queiramos antecipar a obra do tempo, e apressar o amadurecimento das ideias.

A Providência tem marcado no seu eterno quadrante o destino dos povos. Bata a hora predestinada; e ele há-de consumir-se a despeito dos esforços impotentes dos homens.

Sem nos aventurarmos aos sonhos humanitários da união de Portugal e Espanha, porque, mesmo com as condições actuais de independência política das duas nações, não se há-de estabelecer a solidariedade dos interesses económicos por sistemas combinados de vias de comunicação e por uma liga comercial?

*Por que, debaixo do ponto único da solidariedade dos interesses comerciais, não se há-de apresentar a Península como uma única família de produtores não hostilizando mas favorecendo-se mutuamente?”*¹⁸.

Nesta mesma linha integrava-se um artigo publicado na semana seguinte, que referia a união das alfândegas como um sistema “*de muita vantagem para ambos os países moral e politicamente falando*”, já que “*a experiência tem-nos mostrado que nações constituídas como a portuguesa e a espanhola não podem estabelecer um fisco regular e que dessa impossibilidade nascem escandalosos roubos à fazenda nacional, nasce a ruína da indústria, e nasce, mais do que tudo, a imoralidade e a corrupção*”¹⁹.

¹⁶ *O Nacional*. [Porto]. 158, (15 Jul. 1852), p. 1.

¹⁷ *O Nacional*. [Porto]. 118, (23 Mai. 1853), p. 1.

¹⁸ *O Nacional*. [Porto]. 167, (26 Jul. 1854), p. 1.

¹⁹ *O Nacional*. [Porto]. 185, (17 Ago. 1854), p. 1.

A liga económica peninsular, designadamente por meio da união alfandegária, afigurava-se então, nas páginas deste diário, como o “*único meio verdadeiramente grande de levantar do abatimento a nossa caduca e quase desvanecida individualidade nacional*”²⁰.

Mas além da defesa da concertação económica peninsular, tema aliás partilhado ou rebatido pelo periodismo da cidade²¹, *O Nacional* fez a apologia da federação ibérica, concedendo-lhe o espaço nobre do artigo de abertura²². A doutrinação do federalismo peninsular insistia na inelutabilidade da sua realização e simultaneamente esgrimia argumentos que visavam anular os preconceitos que em Portugal grassavam contra o país vizinho, realçando que ele se encaminhava para a tranquilidade e para um regime francamente liberal:

*“Para os que entendem que a união ibérica é um facto providencial e inevitável, determinado por causas geográficas, económicas e políticas, que nenhuma resistência poderá impedir no futuro, a tendência da revolução concorre para entrever mais proximamente a aurora do federalismo ibérico. Dir-se-á doravante tudo o que a obcecação inspirar em detrimento do iberismo, mas não se há-de poder dizer que a Espanha não é digna de se associar aos nossos destinos, pela fereza e instintos sanguíneos de seus filhos”*²³.

Associada a este claro elogio da via federalista, encontrava-se a defesa do prévio entendimento dos dois países a nível económico, considerando o mesmo artigo que era chegado o momento para os “*homens públicos de Portugal e Espanha pensarem sobre as grandíssimas vantagens da liga dos interesses económicos da Península pela modificação das pautas de ambas as nações, pelo sistema harmónico e concatenado dos caminhos-de-ferro, por todos os meios, finalmente, que aproximam os sentimentos, as ideias, os produtos da inteligência e do trabalho dos povos*”²⁴.

Defendendo que a implementação do iberismo dependia da amplitude e profundidade do seu debate e propagação, este periódico tentou promovê-los na medida das suas possibilidades, pese embora reconhecesse que a ideia estava ainda longe de concretizar-se:

*“O iberismo é um facto inevitável. Podem adiá-lo certas circunstâncias; mas não impedi-lo. E deve dizer-se contudo que ele agita-se e vive mais no gabinete de alguns estadistas e escritores políticos, do que nas casas dos cidadãos e cabanas aldeãs dos dois povos vizinhos. (...) Acreditando, como dissemos, na união ibérica pela federação; reputando-a auspiciosa aos destinos de Portugal e Espanha; chamando-a mesmo com os nossos votos e ardentes simpatias, cremos que não está tão próxima, como seria para desejar; porque a não supomos suficientemente elaborada e amadurecida no pensamento e na vontade de todos os portugueses e espanhóis”*²⁵.

²⁰ *O Nacional*. [Porto]. 196, (30 Ago. 1854), p. 1.

²¹ Cf. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – Concertação Económica Peninsular e União Aduaneira na Imprensa Portuense – propostas e resistências no 3º quartel de Oitocentos. *Revista da Faculdade de Letras – História*. [Porto]: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2ª Série, 13, (1996 [1998]), pp. 423-462.

²² *O Nacional*. [Porto]. 191, (24 Ago. 1854); 221, (28 Set. 1854); 230, (9 Out. 1854).

²³ *O Nacional*. [Porto]. 191, (24 Ago. 1854), p. 1.

²⁴ *O Nacional*. [Porto]. 191, (24 Ago. 1854), p. 1.

²⁵ *O Nacional*. [Porto]. 221, (28 Set. 1854), p. 1.

Sem hesitações, *O Nacional* sancionou a federação como única forma de realizar a união ibérica: “Entre a união pela conquista, entre a união pelo consentimento dos dois países governados por um só monarca, e a união pela federação, parece-nos que não pode deixar de merecer as simpatias gerais o último modo de resolver este grande problema”²⁶.

Com efeito, este jornal do Porto identificava o regime federativo com o direito, a liberdade, a expressão do catolicismo social dos novos tempos:

*“E nós queremos a união pela federação. A federação é a ligação voluntária dos dois povos. A federação é a comunhão dos seus interesses políticos, morais e religiosos; sem que nenhum dos dois fique senhor ou escravo do outro.
(...) A federação não faz escravos: faz irmãos todos os filhos da Península.
(...) Se somos iberos pelo coração, é porque amamos a fraternidade dos povos, que é uma consequência da religião de Cristo”*²⁷.

A partir de 1856, contudo, multiplicaram-se os lamentos pela evolução dos acontecimentos em Espanha, que o *Nacional* dizia caminhar para a reacção, diminuindo drasticamente as referências à federação ibérica. Defendendo sempre os princípios liberais e o progresso material, este diário portuense aproximou-se do partido regenerador, passando a apoiar políticos como Rodrigues Sampaio, Casal Ribeiro ou Fontes Pereira de Melo, cujas actuações governamentais elogiou. Concomitantemente acirraram-se as críticas ao partido progressista ao longo da década²⁸. Entre Junho e Agosto de 1860, na iminência de uma guerra europeia, publicou nas suas colunas o estudo militar de J. Paulino, *A defesa de Portugal*, e publicitou a política de defesa do governo, cuja queda lamentou.

Entre 1860 e 1863, o tratamento da questão ibérica cingiu-se fundamentalmente à crítica da imprensa e alguns políticos de Espanha, em virtude das suas susceptibilidades ou ambições ibéricas. Curiosamente, entre Abril e Junho de 1864, num total de trinta e um fascículos, foi publicada a obra de propaganda de Eduardo Ruiz Pons e Romualdo Lafuente sobre a República Democrática Federal. Este longo texto, que defendia a democracia em detrimento do socialismo, estudava sobretudo a realidade espanhola, para a qual preconizava a divisão em onze estados federais, mas lançava o repto a Portugal, no sentido de vir a constituir com a sua vizinha uma confederação republicana peninsular:

*“Cuando España sea libre y feliz, el pueblo portugués quiera compartir su suerte con la nuestra y confederarse con nosotros, porque es el único medio de que pueda hacerlo sin ningún menoscabo de su dignidad, sin miedo de perder un solo átomo de su independencia y conservando intacta su autonomía. Portugal será entonces el duodécimo Estado federal de la Península Ibérica”*²⁹.

²⁶ *O Nacional*. [Porto]. 221, (28 Set. 1854), p. 1.

²⁷ *O Nacional*. [Porto]. 230, (9 Out. 1854), p. 1.

²⁸ Refira-se que em 1858 os dois redactores políticos d’*O Nacional* eram Gonçalves Basto e José Luciano de Castro e o redactor literário Camilo Castelo Branco; a partir de 1861, Adriano José de Carvalho e Melo era o editor e administrador. Em 1863 deu-se uma mudança na administração, constando como proprietários Gonçalves Basto, Custódio José Vieira e Agostinho Luís António Honorato, acumulando este último as funções de administrador, enquanto Gonçalves Basto e Custódio José Vieira surgiam como redactores.

²⁹ *O Nacional*. [Porto]. 102, (7 Mai. 1864), p. 1.

Ruiz Pons era, aliás, um dos muitos refugiados políticos espanhóis no Porto e o tema da protecção fraterna aos emigrados do país vizinho tornou-se uma das imagens mais vincadas d'*O Nacional*. Daí a dolorosa aceitação da expulsão do general Prim, um dos mais destacados chefes da oposição à rainha Isabel II de Espanha que por essa razão se refugiou por diversas vezes no nosso país, expulsão essa decretada em 1866 pelo governo de fusão, que *O Nacional* apoiava, já que, do exílio, aquele alto oficial continuava a conspirar abertamente contra a dinastia borbónica.

Inquestionavelmente, a concordância com a expulsão de Prim foi uma decisão difícil para o periódico, como se infere da explicação que considerou ser necessário dar:

*“Sem emitirmos a nossa opinião sobre as notícias da retirada do bravo general, porque, falando com franqueza, quando tentávamos ocupar-nos da questão, vacilámos, concorrendo talvez muito para isto a nossa muita afeição pela grandiosa causa da liberdade, aceitamos a resolução do governo, que tem deveres que às vezes estão acima dos seus sentimentos de simpatia, por isso que, se deu hospitaleiro agasalho aos emigrados, não deve faltar às obrigações internacionais, aos deveres de lealdade e ordem para com as nações aliadas”*³⁰.

Paralelamente, *O Nacional* aplaudiu outras medidas do executivo de coligação como a carta circular de Casal Ribeiro, ministro dos Negócios Estrangeiros, que privilegiava a aliança com a Espanha³¹. Mas, a partir do Verão de 1867, a desilusão face ao governo de fusão começou a acentuar-se, multiplicaram-se as críticas a Casal Ribeiro, cujos escritos ibéricos foram profusamente invocados, e *O Nacional* voltou a apiedar-se dos emigrados espanhóis. Em 1868-1869 sucederam-se os ataques a outros vultos acusados de defender o iberismo como Carlos José Caldeira, no seguimento do escândalo das alfândegas, e sobretudo Latino Coelho, apresentado como o “primeiro ibérico de Portugal”³².

O folheto de Joaquim José Ribeiro, *A União Ibérica ou reflexões sobre a união dos dois povos da península*, provocou um verdadeiro coro de protestos, numa altura em que a oposição ao governo de fusão atingia o seu clímax. *O Nacional* liderou esse movimento, publicando um série de oito artigos que contestava as asserções do folheto³³, opinando que a união ibérica de índole monárquica conduziria à ruína, mas admitindo ainda a solução da federação, caso Portugal e Espanha se constituíssem previamente como repúblicas.

A “Janeirinha”, que provocou a queda do gabinete, foi saudada pel’*O Nacional*, que sobre o assunto publicou artigos do filósofo e matemático Pedro Amorim Viana, professor da Academia Politécnica do Porto e figura charneira da tertúlia intelectual da cidade.

O governo presidido por Sá da Bandeira, entre Julho de 1868 e Agosto de 1869, denominado “reformista”, angariou particular aversão d’*O Nacional*. Em Setembro de 1868 eclodiu a revolução espanhola, que destronou a rainha e colocou a Espanha em demanda de um monarca, potenciando

³⁰ *O Nacional*. [Porto]. 44, (25 Fev. 1866), p. 1.

³¹ Esta carta dirigida aos representantes de Portugal nas cortes estrangeiras valeu a Casal Ribeiro a acusação de querer realizar a união peninsular. *O Nacional* negou essa lógica da oposição e defendeu o ministro, afirmando que ninguém em Portugal queria a união ibérica, nem o governo, nem o exército, nem o povo. Cf. *O Nacional*. [Porto]. 150, (6 Jul. 1866); 151, (7 Jul. 1866); 159, (27 Jul. 1866); 200, (4 Set. 1866).

³² *O Nacional*. [Porto]. 34, (16 Fev. 1869).

³³ *O Nacional*. [Porto]. Números 266 a 272 e ainda 276, entre 27 de Novembro e 8 de Dezembro de 1867.

o perigo de união ibérica monárquica, pelo que o período subsequente constituiu um tempo-forte da cruzada anti-ibérica. *O Nacional* foi um dos periódicos que então mais agitou o fantasma ibérico, sucedendo-se os ataques a vultos acusados de defender o iberismo – monárquico, entenda-se – como Carlos José Caldeira, director das alfândegas acusado de tentar introduzir no país o manuscrito com uma versão actualizada da obra *A Ibéria*, de Sinibaldo de Mas; ministros como Carlos Bento, apontado como o principal responsável do “escândalo das alfândegas”, e especialmente Latino Coelho, justamente o tradutor e autor do prefácio daquele livro de propaganda ibérica que, entre 1852 e 1855, conhecera três edições portuguesas. Mas nem o bispo Alves Martins escapou a esta sanha persecutória, ele que nos finais da década de 1840 tinha sido um dos principais articulistas d’*O Nacional*. A questão ibérica não mais deixou de ser agitada nas páginas deste periódico, que meio ano antes de cessar publicação especulava sobre as intenções iberistas do golpe de Saldanha de Maio de 1870.

Nesta conformidade, torna-se previsível a reacção d’*O Nacional* relativamente à criação da Associação 1º de Dezembro, em 1861. A verdade é que, quer através da correspondência dos leitores, quer dos seus artigos, aderiu sem hesitação à ideia, incentivando o Porto, como “*propugnáculo da liberdade*”, a rejubilar na comemoração patriótica³⁴. De referir a publicação nas suas páginas de uma carta de um artista portuense que se assumia como inimigo da união ibérica e exortava a sua cidade, a exemplo de Lisboa, Coimbra e Aveiro, a realizar uma subscrição imediata para promover a grande “*festa da Independência Portuguesa*”³⁵.

Aliás, o Porto foi a primeira cidade a conjugar esforços para festejar o 1º de Dezembro de 1861. Uma comissão composta por catorze representantes da imprensa da cidade encarregou-se de elaborar uma subscrição, tendo reunido no dia 3 de Novembro, em casa de José de Sousa Bandeira, seu presidente. Gonçalves Bastos era o secretário, representando *O Nacional*.

Assim, a primeira página da sua edição de 2 de Dezembro desse ano de 1861 pontificou pela exuberância: além da vistosa vinheta, incluiu dois textos histórico-patrióticos e um extenso poema³⁶. E, como seria de esperar, no ano crítico de 1868, este periódico deu particular importância aos festejos do 1º de Dezembro. No auge da sua crítica governamental, acusou mais uma vez o ministério de iberismo, desta feita por não ter assistido ao *Te Deum* comemorativo da efeméride e por ter aconselhado o rei a fazer o mesmo³⁷.

A poesia foi outro dos registos utilizados por este periódico para combater a ideia ibérica, à semelhança da quase totalidade da imprensa periódica portuguesa. Escrito no rescaldo da revolução de Setembro de 1868, o poema *Ecos de Aljubarrota*, da autoria de Guilherme Braga e datado de 5 de Outubro, terminava com a exortação de enviar “à *Espanha / A estátua de Camões... fundida em balas*”. Composto por nove cantos num total de setenta e sete estrofes, este poema assumia uma atitude de cepticismo relativamente à nova Espanha saída da revolução e de maior desconfiança ainda relativamente à teoria do progresso das nações, que pressupunha a formação de impérios. Tomado

³⁴ *O Nacional*. [Porto]. 155, (12 Jul. 1861), p. 3.

³⁵ *O Nacional*. [Porto]. 129, (10 Jun. 1861), p. 2.

³⁶ *O Nacional*. [Porto]. 275, (2 Dez. 1861), p. 1.

³⁷ *O Nacional*. [Porto]. 266, (5 Dez. 1868), p. 1.

pelo receio de as nações fracas perderem com a aliança, concluía que no contexto ibérico a Espanha tornar-se-ia a Rússia do ocidente, e Portugal a Polónia do sul. Como tantos outros textos, suscitou alguma polémica no país vizinho, designadamente manifestada na imprensa periódica. O jovem poeta escreveu uma carta datada de 17 de Novembro ao director do jornal madrileno *Las Novedades*, que visava repudiar as manifestações de sensibilidade ferida que aquele periódico espanhol tinha protagonizado. *O Nacional* projectou essa polémica para um artigo de abertura intitulado “*Os Ecos de Aljubarrota e a Imprensa Espanhola*”, replicando às acusações de Madrid de que o poema era “*pouco apreciável como fim político e inadmissível como inspiração poética*”, com o argumento de que em Portugal havia “*liberdade de expressão; qualquer inspiração é legítima*”, e de que a poesia tinha direito “*a recorrer a imagens sem que as tomem por provocações grosseiras*”³⁸.

Poucos dias antes, aliás, um folhetim d’*O Nacional* tinha elogiado o poema de Braga³⁹ e outro a *Lira Cívica* de Alberto Pimentel, em que o autor dizia louvar a revolução espanhola, mas tal não implicava festejar a união ibérica, já que “*tudo o que cheire e respire iberismo é um pesadelo horrível*”⁴⁰. Curiosa era a opinião deste crítico sobre a função mobilizadora da poesia anti-ibérica, considerando-a necessária nas grandes causas, já que o canto dos poetas era também um “*recurso marcial*”, como a *Marselhesa*, *God save the Queen* ou o português *Hino da Carta*.

Certo é que *O Nacional* divulgou numerosos poemas anti-ibéricos, alguns abundantemente reproduzidos pela imprensa do país, outros que corriam em papéis volantes nas festas populares e que mais nenhum jornal entendeu dar-lhes lugar nas suas páginas. Logo em 1860, deu à estampa *Ibérica União*, versos distribuídos por um dos carros alusivos a essa matéria que integrou o desfile de máscaras e caleches do Carnaval do Porto que percorreu a praça de D. Pedro, o largo da Batalha, a rua dos Clérigos e a de Santo António⁴¹. Idêntica atitude teve em 1867, quando publicou o poema *Será verdade?*, que havia sido distribuído em folhas avulsas por um grupo de mascarados no Entrudo do Palácio de Cristal⁴².

Em Abril de 1861, gravou nas suas páginas o célebre *Brado*, de Andrade e Almeida⁴³, saído pela primeira vez no periódico legitimista *A Nação*, uma semana antes; seguiu-se *Espinhos e Louros*, de António Francisco Barata, na edição comemorativa do 1º de Dezembro desse ano, publicado em primeira mão pelo *Conimbricense* dois dias antes. Já em 1867, foi o primeiro periódico a estampar o *Hino da Sociedade 1º de Dezembro do Porto*, com música de António José Ferreira dos Santos e letra de César Augusto Pereira das Neves, que havia sido expressamente composto para a noite comemorativa do 1º de Dezembro desse mesmo ano⁴⁴. Em 1868, deu à estampa *Zum-Zum*⁴⁵, de Luís Augusto Palmeirim,

³⁸ *O Nacional*. [Porto]. 256, (21 Nov. 1868), p. 1.

³⁹ *O Nacional*. [Porto]. 241, (4 Nov. 1868), p. 1.

⁴⁰ *O Nacional*. [Porto]. 238, (30 Out. 1868), p. 1.

⁴¹ *O Nacional*. [Porto]. 34, (13 Fev. 1860), p. 2.

⁴² *O Nacional*. [Porto]. 47, (26 Fev. 1867), p. 2.

⁴³ *O Nacional*. [Porto]. 97, (30 Abr. 1861), p. 4.

⁴⁴ *O Nacional*. [Porto]. 270, (3 Dez. 1867), p. 1.

⁴⁵ *O Nacional*. [Porto]. 283, (29 Dez. 1868), p. 2.

uma cançoneta anti-ibérica que o actor Taborda recitava por essa altura com grande sucesso no teatro da Trindade, em Lisboa, “*com tanta graça, que as plateias não se cansam de lha ouvir*”, mas levada por ele e outros actores a vários palcos do país, originalmente impressa no *Diário de Notícias*, em 22 de Dezembro desse ano.

O anticastelhanismo que a questão ibérica gerara repercutia-se também no âmbito teatral. No artigo “*A federação ibérica ... no palco*”, *O Nacional* criticou de forma irónica um espectáculo que integrava uma actriz espanhola do que resultava um hibridismo linguístico incomodativo à sensibilidade dos ouvidos portugueses:

*“Não se assustem os amantes da independência nacional, que não é da união ibérica propriamente dita que lhe vamos dar notícia. Queremos falar-lhe do teatro das Variedades, onde os actores, portugueses de lei (?), fizeram junção com uma dama, andaluza em corpo e alma, e que fala um idioma que nem é português nem espanhol: se não acreditam vão ver o Pedro-Sem, em que a aludida actriz faz o papel mais importante do drama”*⁴⁶.

Ainda neste ano de 1861, quando se iniciaram em força, por todos o país, os festejos do 1º de Dezembro, *O Nacional* fez questão de referir as várias representações cénicas que nessa noite tiveram lugar nos vários palcos portuenses, colocando a tónica na enorme e entusiástica concorrência que tinham alcançado:

*“O palácio de Cristal, o teatro Baquet e o circo da rua de Santo António, tomaram grande parte nas demonstrações de regozijo. No teatro Baquet a mesma afluência extraordinária, a mesma aglomeração de povo, o mesmo entusiasmo e as mesmas ou mais ruidosas aclamações. Representou-se no Baquet o drama histórico A Restauração de Portugal. Mais adequado àquele dia não podia a companhia nacional escolher drama algum. Imagine-se o que ali não iria. Por momentos esteve para se perturbar a ordem por... não caber mais gente no teatro. No fim do drama, quando apareceu a bandeira nacional, o entusiasmo da multidão era indiscreto. A multidão pediu tão repetidas vezes que aparecesse o pendão nacional, que muita gente cuidava não terminar aquele espectáculo. Houve vivas à independência, à Corte, à liberdade, à pátria e não sabemos a quem mais. Cuidam que o circo da rua de Santo António foi indiferente às manifestações do 1º de Dezembro? Enganam-se. No circo, com a companhia do sr. Herzog, festejou-se com ruidoso estrondo aquele dia. Não faltou nada para a festa: houve bandeiras, grande iluminação, concorrência a não caber no circo, hinos, aclamações, vivas, grande estrondo patriótico, e para cúmulo da festa apareceu a padeira de Aljubarrota”*⁴⁷.

Concluindo, ao longo de quase um quarto de século de existência, *O Nacional* – um dos mais longevos periódicos portuenses da época – tratou com constância e veemência o tema ibérico, defendendo nos seus primórdios a concertação económica peninsular e até a federação ibérica republicana, no que então se aproximou do seu conterrâneo *Eco Popular* e sofreu as críticas dos também tripeiros *Braz Tisana* e *Periódico dos Pobres do Porto*.

Esta linha de pensamento não seria partilhada por todos os seus redactores, mas a diversidade ideológica parecia efectivamente existir, assente na premissa fundamental da liberdade de pensa-

⁴⁶ *O Nacional*. [Porto]. 34, (11 Fev. 1861), p. 3.

⁴⁷ *O Nacional*. [Porto]. 266, (5 Dez. 1868), p. 3.

mento; teve contribuições de importantes escritores, pensadores e políticos com fortes ligações ao Porto, mas de inquestionável dimensão nacional.

Entre finais da década de 1840 e inícios da seguinte, prosseguiu a sua orientação política anticabralista para uma simpatia regeneradora, mas não monolítica, que, a breve trecho, viria a reflectir uma forte questionação da doutrina ibérica, mantendo todavia alguns dos seus articulistas, designadamente Custódio José Vieira, a velha aspiração ao federalismo peninsular.

Cerca de um decénio depois, a contestação anti-ibérica tornou-se timbre dominante do diário *O Nacional*, que progressivamente foi utilizando a questão ibérica como ariete político, de forma contundente, quase demolidora, particularmente notória entre finais de 1868 e inícios de 1869.

Se o intrincado xadrez político da época se repercutiu nos seus textos, não menos vincadas resultaram certas questões pessoais, fazendo dele um exemplo cabal da aguerrida imprensa periódica do liberalismo constitucional português, partidária e arrebatada, romântica e veemente.